



Por Carlos Kwasinski/Diálogo
Fevereiro 18, 2022

Já faz quatro anos que a Operação Acolhida, sob o comando do Ministério da Defesa brasileiro, recebe e promove a interiorização de venezuelanos refugiados provenientes da crise humanitária em curso na Venezuela. De acordo com agências da ONU, o número de venezuelanos que deixou o país ultrapassa 5 milhões de pessoas e o Brasil seria o quinto destino procurado por eles. O Governo Federal informou que fechou 2021 com mais de 287 mil refugiados venezuelanos regularizados pela Operação Acolhida.

Prestes a iniciar sua 13ª fase, a operação já empregou, ao todo, mais de 7 mil militares em suas fases anteriores. O novo contingente está sendo preparado pelo Comando Militar do Nordeste (CMNE), atualmente sob o comando do General de Exército Richard Fernandez Nunes. Segundo o CMNE, a tropa será composta de cerca de 500 militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, sendo aproximadamente 300 militares dos estados do nordeste brasileiro e outros 200 do Comando Militar do Norte. Segundo a Polícia Federal, de 2017 até junho de 2021, mais de 610 mil venezuelanos entraram no País e 260 mil solicitaram regularização migratória para buscar oportunidades e melhores condições de vida.

Os números são expressivos. Estruturada em três eixos de atuação — ordenamento de fronteira, abrigo aos imigrantes e interiorização —, a operação conta hoje com 14 abrigos distribuídos pelas cidades de Boa Vista e Pacaraima, no estado de Roraima, onde atendem a cerca de 7 mil refugiados e migrantes.

Interiorização: a principal estratégia do governo brasileiro

Para diminuir a pressão sobre os serviços públicos das duas cidades, a interiorização dos refugiados se tornou a principal estratégia do governo brasileiro na administração da crise humanitária que persiste em sua fronteira norte. No total, as ações de ordenamento de fronteira permitiram, desde 2018, a regularização de mais de 280 mil venezuelanos no Brasil e destes, pelo menos 65 mil foram interiorizados para 700 cidades brasileiras. A expectativa para a fase que se inicia é de aumento da demanda de atendimentos em função do período de fechamento da fronteira por parte dos dois países devido à COVID-19.



Além dos números expressivos, o aspecto humanitário também se destaca. Mesmo para militares experientes, alguns dos quais são veteranos de Operações de Paz, como as no Haiti, no Líbano ou na República Centro Africana, o trabalho com a população de um país vizinho acossado pela fome gera uma emoção especial.

“Uma família indígena, com nove filhos, chegou à fronteira com apenas três crianças. Três morreram no caminho de sarampo e outras três pereceram por que não tinham o que comer. E chegaram aqui pedindo comida. E é essa a cena que vai ficar para mim, de ver as crianças circundando o colega, puxando sua roupa e batendo palmas pela comida. É o mais difícil, é o mais marcante de tudo”, disse uma oficial médica da Força Aérea Brasileira que preferiu não ter seu nome divulgado.

A preocupação com os efeitos da pandemia é outro fator presente na operação. Para participar da fase de interiorização, os venezuelanos acolhidos devem, obrigatoriamente, ser vacinados. Além disso, as redes de saúde municipal e estadual realizam campanhas de vacinação,

elaborada por meio do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde (PNI) com outros 13 tipos de vacinas. Para o mês de janeiro, o Núcleo de Saúde da Acolhida realizou uma campanha de vacinação nos abrigos para as faixas etárias de 5 a 11 anos, 12 a 17 anos e adultos.

Agências internacionais

A operação Acolhida conta com a parceria e o apoio de agências internacionais, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), da organização Fraternidade sem Fronteiras e a Associação Voluntários para o Serviço Internacional, dentre outras organizações não governamentais. “Tudo mudou, da água para o vinho, em 2018, quando a resposta humanitária foi federalizada e foi criada a Força-Tarefa Humanitária. Não havia, até então, nenhuma resposta coordenada e organizada que juntasse todas as diferentes organizações que estavam tentando fazer algum trabalho com aquela população de refugiados e imigrantes”, conta Rafael Levy, oficial de campo do ACNUR.



O representante adjunto do ACNUR Brasil, Federico Martinez, reconheceu o pioneirismo das Forças Armadas brasileiras no atendimento emergencial de pessoas refugiadas e migrantes. “O ACNUR reconhece que o papel das Forças Armadas brasileiras na resposta humanitária para venezuelanos tem sido exemplar e muito efetivo, contribuindo para a prestação direta de assistência e serviços básicos, e em cooperação com agências da ONU e de outros parceiros.

Fonte: <https://dialogo-americas.com/pt-br/articles/crise-humanitaria-na-venezuela-persiste-e-operacao-acolhida-entra-no-quarto-ano/#.YhJxL-jMJPZ>